

Composição Das Comissões Legislativas No Brasil: Problemas Analítico- Metodológicos

Composition of Legislative Committees in Brazil: Analytical and Methodological Issues

Fernando Meireles¹

Resumo: Num sistema multipartidário com um poder executivo forte, a aplicação dos três principais modelos neoinstitucionalistas sobre a organização do Congresso americano – o distributivista, o informacional e o partidário – traz uma série de problemas. Neste trabalho, exploro três deles: importação conceitual, seleção de indicadores e o teste das hipóteses. Tomando uma das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados como exemplo, sugiro algumas hipóteses condicionais sobre as suas composições e alguns indicadores para testá-los; além disso, discuto o uso de modelos multiníveis para contornar problemas de não-independência e heterocedasticidade, próprias de análises *time-series-cross-section*, e permitir a estimação de coeficientes individuais para cada partido.

Palavras-chave: Comissões Permanentes; Organização Legislativa; Teoria Partidária.

Abstract: In applying the three principal neoinstitutionalist models made for the American Congress – the distributivist, the informational and the partisan – in a multiparty presidential system with a strong executive, certain problems come up. In this paper, I deal with three of them: conceptual stretching, selection of predictors and hypothesis testing. Using data on one of the Permanent Committees of the Brazilian Câmara dos Deputados, I introduce and test some conditional hypotheses about its composition; additionally, I discuss how multilevel mixed models can be used to overcome non-independence and heteroscedasticity problems and to estimate individual coefficients for each party.

Keywords: Permanent Committees; Legislative Organization; Partisan Theory;


¹Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/CAPES). E-mail: fernando.meireles@ufrgs.br.

1. Introdução

A menção às três principais teorias neoinstitucionalistas sobre as Comissões legislativas é quase compulsória na área. Esquemáticamente, a primeira delas, de Weingast e Marshall (1988), afirma que as Comissões fornecem algum poder de veto aos seus ocupantes, o que permite a grupos parlamentares com preferências distantes das do plenário aprovar legislações para suas bases sem ter de enfrentar votações nominais. A segunda, defendida por Krehbiel (1992), propõe um modelo em que as Comissões servem aos interesses do Congresso ao permitir que parlamentares com *expertise* e preferências moderadas forneçam informações ao restante da casa, reduzindo, deste modo, as incertezas do plenário com relação a temas muito específicos. A terceira, proposta por Cox e McCubbins (1993), procura resolver um dos paradoxos a que levaram as duas outras: se o que importa são os parlamentares ou o plenário, não seriam os partidos desnecessários na arena legislativa? A resposta deles é negativa: os partidos importam não só na carreira individual dos parlamentares como também conjuntamente no exercício do governo; como resultado, os líderes partidários teriam um papel de agentes na coordenação de ações coletivas, evitando desgastes da legenda e promovendo os interesses partidários no governo.

Apesar de já terem mais de duas décadas, estes modelos ainda hoje suscitam inúmeros problemas. Entre outros, já se argumentou que nenhum deles foi corroborado de forma consistente, e que a forma com que os critérios de composição interagem – caso se considere, como fazem Epstein e O'Halloran (1999), que elas não são excludentes – foi negligenciada pelos seus proponentes (Hedlund et. al., 2009; Martorano, 2006). Além disso, as dificuldades metodológicas envolvidas no teste dessas teorias são consideráveis (cf. Groseclose, 1994; Hall e Grofman, 1990; Young e Heitshusen, 2003).

Com a exportação desses modelos para outros países, a esses problemas somaram-se outros. Pensados num contexto de sistema distrital que gera fortes incentivos para a individualização das candidaturas e para a prática de *pork-barrel*, além de um Congresso com amplas prerrogativas, todos pressupõem diversas



condições que nem sempre são encontradas em Congressos de outras partes do mundo. Estudos como os de Yordanova (2009) e Raymond e Holt (2013), que encontraram evidências de critérios informacionais e partidários na composição das Comissões do Parlamento Europeu (EU) e no Canadá, respectivamente, alertam para o fato de que, em outros lugares, a existência desses fenômenos pode estar ligada a causas completamente distintas daquelas originalmente estipuladas pelos modelos.

No Brasil, estudos como os de Pereira e Mueller (2000), Santos (2003), Muller (2005) e Araújo (2012) valeram-se algo daquelas teorias. Nem todos eles, porém, escaparam daqueles problemas de importação conceitual, além dos específicos já encontrados no caso americano. Neste trabalho, procuro justamente explorar alguns destes relacionados ao estudo das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados. Primeiro, discuto sob quais condições as hipóteses neoinstitucionalistas sobre as Comissões são válidas; depois, trato dos indicadores utilizados na análise da relação entre parlamentares e partidos, algo particularmente problemático no modelo partidário; e, por fim, sugiro o uso de um modelo multinível para testar aquelas hipóteses sem desprezar os efeitos aleatórios dos partidos (sistema multipartidário) e das diferentes legislaturas.

2. Problemas nas hipóteses

Embora seja um pressuposto de qualquer modelo institucionalista positivo, as consequências da aplicação daqueles três modelos sobre o legislativo em ambientes institucionais diferentes nem sempre são totalmente compreendidas (Yordanova, 2009). Para exemplificar este ponto, considere-se o modelo de Weingast e Marshall (1988): o argumento de que os congressistas americanos se autosselecionariam para comissões que lhes possibilitam maiores oportunidades de reeleição está umbilicalmente vinculado ao efeito esperado do sistema distrital majoritário e do pequeno controle dos candidatos pelos partidos; assim, *coeteris paribus*, dificilmente esta hipótese se sustentaria num sistema proporcional com lista fechada. Como consequência, a existência de *preference outliers* num sistema

destes poderia ocorrer por razões distintas daquelas verificadas no caso americano. A reconstituição dos incentivos institucionais, portanto, é indispensável para se evitar problemas de importação e estiramento conceituais.

De acordo com Pereira e Muller (2000), a realização dessa importação passaria necessariamente pela incorporação da preponderância do Executivo brasileiro. Pela possibilidade de editar Medida Provisórias, solicitar Pedidos de Urgência, além do poder discricionário sobre as Emendas Parlamentares e o orçamento como um todo, as Comissões no país, segundo esses autores, não seriam tão fortes quanto as americanas (Muller, 2005; Santos, 2003). Por isso, as da Câmara supostamente não forneceriam tantos incentivos à autosseleção, já que elas cumpririam antes funções informacionais do que, por causa do poder de veto reduzido em suas áreas de jurisdição, distributivo – e, mesmo aqui, a lealdade ao Executivo seria o principal. Combinados, esses incentivos institucionais nos dão duas hipóteses principais²:


H1: Parlamentares com *expertise* seriam privilegiados nas indicações para as vagas nas Comissões, já que eles ajudariam a reduzir custos de aquisição de informação pelo plenário.

H2: Por causa do sistema multipartidário e do Executivo forte, a fidelidade ao governo, que seria o principal, aumentaria as chances de indicação para as Comissões mais importantes da Câmara, como a de Constituição e Justiça³ e as de assuntos econômicos.

De forma análoga, também é razoável supor que as diferenças nos sistemas eleitoral e partidário também impactem nos incentivos à composição das Comissões. Apesar de uma considerável literatura alegar que os candidatos à Câmara estruturam suas campanhas individualmente e que utilizam o Congresso como um trampolim para cargos executivos (e. g. Samuels, 2003), os partidos brasileiros têm mecanismos de controle sobre seus membros e apresentam

² Para uma formalização do modelo agente-principal que dá origem a algumas das hipóteses aqui utilizadas, ver Pereira e Muller (2000).

³ Mantive aqui o nome que as Comissões possuíam no período analisado. Atualmente, muitas delas possuem outros nomes.



diferenças perceptíveis ao eleitorado (Braga e Pimentel Jr., 2011; Guarnieri, 2011). Além disso, circunstâncias conjunturais como a situação governamental, tamanho do partido, importância relativa de determinada Comissão, entre outros, possivelmente interagem com essas características do sistema multipartidário. Assim, seguindo o modelo de Young e Heitshusen (2003), podemos esperar que nas Comissões na Câmara dos Deputados as seguintes hipóteses condicionais também se apliquem:

H3: Os partidos, seguindo a clivagem governo e oposição, tentarão influenciar a composição das Comissões mais importantes.


H4: As Comissões que tratam de temas específicos, como as rurais, as de saúde e segurança, podem ser importantes apenas para alguns partidos devido à influência da família ideológica. Nesse caso, esperamos que partidos de direita tentarão influenciar Comissões como a de agricultura e política rural e as de assuntos econômicos; por sua vez, partidos de esquerda visariam Comissões como as de educação e direitos humanos.

H5: As demais Comissões ficarão abertas à autoseleção.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe aos líderes partidários indicar os ocupantes para as vagas da sua cota nas Comissões. Justamente por isso, esse conjunto de hipóteses, institucionais e condicionais, especificam um modelo de tomada de decisões por parte dos líderes que, como argumenta Groseclose (1994: 456), é dificilmente captado por apenas um dos modelos. De outro modo, o mais provável é que os critérios de composição, conforme discutimos aqui, variem entre casos e temporalmente (Young e Heitshusen, 2003).

3. Problemas nos indicadores

Um segundo conjunto de problemas diz respeito à seleção e operacionalização das variáveis apontadas por cada teoria quando se utilizam os



deputados como unidade de análise⁴. No caso da teoria informacional, o uso de variáveis categóricas – indicando o grau de instrução, a experiência prévia em Comissões ou a área de atuação profissional, e.g. -, é comum na literatura. Os testes da teoria distributivista geralmente também não suscitam maiores problemas: profissão, ligação com grupos de interesse, votação na última eleição frequentemente são utilizados. Alguma crítica, entretanto, ainda cabe aqui por conta da dificuldade de encontrar indicadores que relacionem as preferências dos parlamentares com a dos seus eleitores – o que pode ser contornado com adição das características do distrito eleitoral como preditores (e.g. Frisch e Kelly, 2004).

Com a teoria partidária, ao contrário, a escolha de indicadores é mais difícil. No modelo original de Cox e McCubbins (1993), é sugerido o uso das posições ideais dos parlamentares através do método NOMINATE. Assim, esses dados indicariam as preferências de cada parlamentar dentro de determinada Comissão vis-à-vis o restante do seu partido: se ele estivesse posicionado próximo à mediana, ele seria representativo do partido como um todo; se estivesse no extremo do seu lado do espectro ideológico, tornar-se-ia peça importante para levar a mediana de uma Comissão para o lado de seu partido (*party-stacking* ideológico). Implicitamente, portanto, esta abordagem assume que o comportamento nas votações nominais é um *proxy* das preferências reais dos parlamentares numa única dimensão.

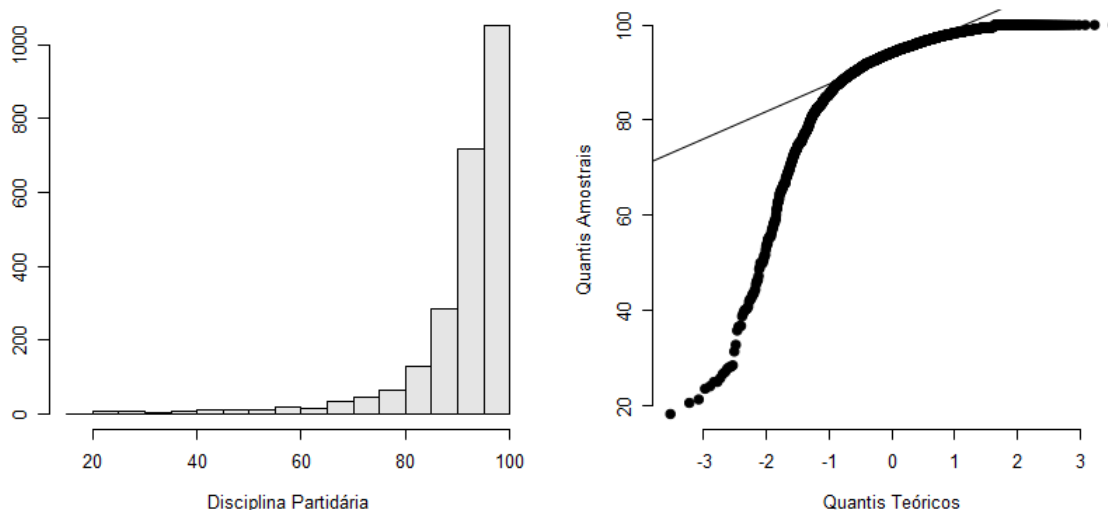
O uso desse indicador, entretanto, sofre de dois maiores problemas. O primeiro, discutido em profundidade por Hall e Grofman (1990), é o de que o comportamento no plenário pode não estar relacionado com o nas Comissões. Como sugerem os autores, pode ser que, para terem liberdade nestas, seja necessário abdicar da liberdade de exercer suas preferências no plenário, ou seja, poderia haver um *trade-off* entre estas arenas. Seguindo o mesmo raciocínio, as votações nas Comissões também não são suscetíveis aos mesmos tipos de constrangimento do que as no plenário, onde as votações são públicas e as propostas votadas, geralmente

⁴ Cabe ressaltar, entretanto, que a literatura americana toma as Comissões como unidade de análise na maioria das vezes. Dois problemas, entretanto, dificultam a adoção de um desenho de pesquisa semelhante no Brasil: N pequeno de Comissões e (caso se contorne esse problema com simulações de Monte Carlo) inexistência de índices de preferências dos parlamentares independentes das votações nominais. Este último problema é discutido adiante.

mais importantes. Por fim, também é possível acrescentar que o uso da disciplina nas votações nominais, - que é mais frequente na literatura brasileira -, não capta totalmente a coesão ou a lealdade partidária, e que, como ela só é obtida no final de cada legislatura, ela não pode ser utilizada como preditor das composições que ocorrem no início o no meio dos mandatos (Muller, 2005). Assim, posições ideais e disciplina no plenário seriam, em suma, apenas incidentalmente relacionadas ao tipo de vínculo entre parlamentar e partido que a teoria partidária pretende captar (Yordanova, 2009, p. 258).

O segundo problema é de ordem metodológica. Por ter distribuição assimétrica e concentrada em torno da média, a disciplina e as posições ideais geradas pelo NOMINATE impossibilitam a aplicação de uma série de testes (cf. Groseclose, 1994). O Gráfico 1 mostra a não-normalidade da disciplina na Câmara⁵.

Gráfico 1. Distribuição e Gráfico Q-Q da Disciplina Partidária na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2010.



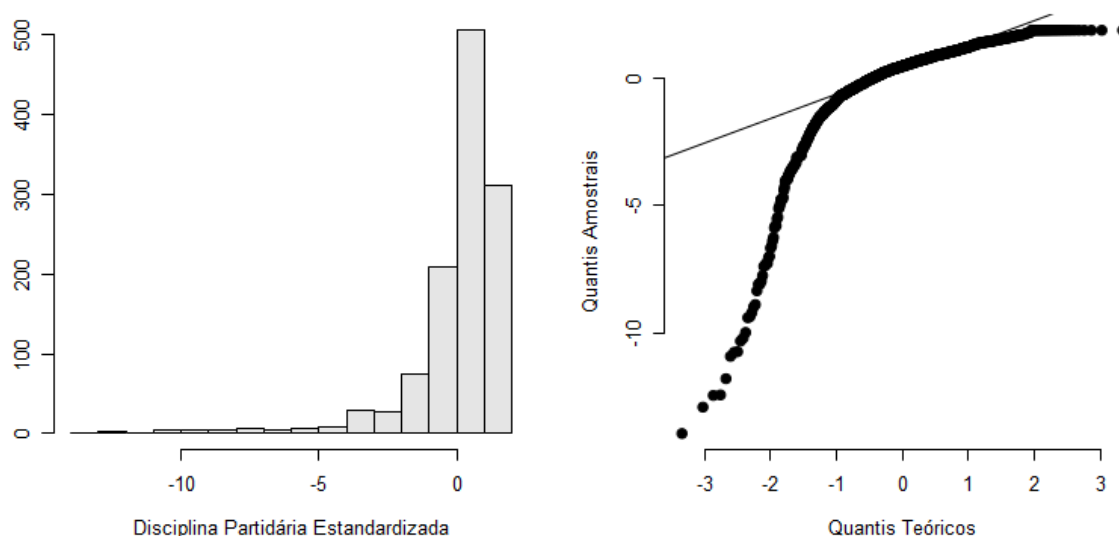
Fonte: Cebrap (2011).

Ainda que tanto regressões lineares quando logísticas não requisitem a normalidade da distribuição das variáveis independentes, a falta destas propriedades dificulta a interpretação dos coeficientes (não existem casos com 0 ou

⁵ O teste de Shapiro-Wilk, que testa a hipótese nula de que uma distribuição é normal, para a disciplina é significativo ao nível ,000.

menos de 20% de disciplina) e também geram problemas no ajuste do modelo. Algumas soluções, de qualquer modo, podem matizar esses efeitos: criar uma *dummy* com os valores mais altos da disciplina (os mais frequentes) e os demais, ou tentar a estandardização da variável, preferencialmente de alguma maneira que a centre e a ponha numa escala maior (e. g., Disciplina – Média da Disciplina/5). O Gráfico 2 mostra o resultado desta transformação.

Gráfico 2. Distribuição e Gráfico Q-Q da Disciplina Partidária Estandarizada.



Fonte: elaboração própria com dados do Banco de Dados Legislativos – Cebrap (2011).

Considerados estes problemas, ainda assim acreditamos que uma variação de, digamos, 5% de disciplina pode não ser perceptível ao líder da bancada. O contrário equivale a dizer que, a cada 100 votações, ele de alguma forma avaliaria cada 5 (cinco) votos contrários a sua indicação entre todos os membros de sua bancada e agiria de acordo. Se essa ideia parece pouco plausível, conjuntamente com o primeiro problema temos motivos razoáveis para utilizar disciplina partidária com cautela no estudo da composição de Comissões legislativas (na seção final a incluímos num teste para discutirmos seus efeitos).

Indicadores alternativos, e coerentes com a teoria partidária, incluem levar em conta a trajetória do parlamentar e serem acessíveis ao líder da bancada (Muller, 2005). Entre outros, podem ser utilizados: tempo de filiação, número de migrações


de partido em toda a vida política, coerência ideológica dessas migrações (variável categórica em que 0 significa ausência de migrações, 1 significa mudança de partido dentro do mesmo bloco ideológico, 2 para um bloco adjacente e, 3, para o bloco oposto) e participação presente ou prévia em diretórios (*dummy*). Um modelo de variável latente, posteriormente, pode ajudar na criação dos preditores.

4. Problemas nos testes

Definidas as hipóteses e selecionados os indicadores, resta-nos discutir os testes a serem utilizados. O mais comum na literatura é utilizar uma *dummy* para cada Comissão como variável dependente e testar o efeito dos preditores através de regressões logísticas. Conforme argumentado na primeira seção, pelos diferentes níveis de importância que cada partido atribui a Comissões diferentes, testar cada uma individualmente é uma boa forma de considerar isso. Problemas surgem, entretanto, quando se considera o seguinte.

A distribuição das vagas em cada Comissão é feita segundo a proporção das bancadas. Como as características de cada uma são, até certo limite, exógenas – é através de eleições que se selecionam os membros de cada uma (Young e Heitshusen, 2003, p. 663) -, podem existir variações entre elas, além das variações temporais, entre legislaturas, e correlação entre observações (os reeleitos). Este é, precisamente, a maior limitação de análises do tipo *time-series-cross-section* e semelhantes (*panel* e *longitudinal*)⁶, qual seja: a não independência temporal e espacial dos casos. Na ciência política, costuma-se contornar isso com a adição de variáveis de controle e/ou com erros padrões robustos. Outra solução, utilizada por Yordanova (2009), consiste numa análise descritiva prévia dos dados para verificar se as variações espaciais e temporais são grandes; em caso negativo, segue-se a análise com *pooling* dos dados; caso contrário, faz-se *no pooling* adicionando-se *dummies* para cada partido. Nenhuma das soluções, entretanto, escapa de

⁶ Por conta do pequeno número de Legislaturas, a estrutura dos dados aqui utilizados é mais próxima do *panel*, ou de um *repeated cross-section*. Os problemas encontrados aqui, entretanto, são os mesmos.



problemas. Embora erros padrões robustos deem conta da variação entre grupos, deixam de lado a variação temporal, ou vice-versa⁷. Por seu turno, uma regressão clássica levará a estimativas de coeficientes e erros padrões ineficientes; e, caso incluam-se variáveis de controle ou rodem-se regressões separadas para cada grupo, o número de partidos e o tamanho pequeno do N trariam problemas semelhantes. Por fim, nenhuma dessas soluções nos permite estimar coeficientes individuais para cada grupo⁸ - o que é necessário para testar as hipóteses condicionais discutidas anteriormente.

Para contornar estas limitações, sugerimos uma alternativa mais eficiente. Assumindo que a estrutura dos dados utilizados para o teste é *nonnested multilevel*, uma regressão linear generalizada com efeitos mistos dá conta satisfatoriamente dos problemas encontrados nos modelos anteriores. Por ser um meio termo entre o *pooling* e o *no pooling*, o modelo multinível equilibra os coeficientes dos grupos com poucos casos extraíndo informações dos restantes e, ao mesmo tempo, permite que grupos com N maiores sejam estimados de forma quase independente. Outros benefícios incluem melhor avaliação da incerteza, melhor ajuste dos modelos e possibilidade de estimar coeficientes individuais para cada grupo (Shor et. al., 2007).

Como exemplo, testamos a composição da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) entre a 50^ª e a 53^ª Legislaturas com um modelo multinível. A variável dependente utilizada foi a probabilidade de ser membro da CCJ e os componentes sistemáticos incluem preditores como ser advogado, ser suplente e a disciplina partidária estandardizada como se sugeriu na seção anterior, além de dois *intercepts*, um para os partidos e, o outro, para as legislaturas, ambos modelados como distribuições normais⁹. Para contornar a correlação dentre os deputados

⁷ Para o software R, o pacote “plm” fornece *clustered standard errors* em mais de uma dimensão para regressões OL (Croissant e Millo, 2008) – o que não é o caso deste trabalho.

⁸ O uso de interações poderia contornar este problema, contudo.

⁹ Como o nosso objetivo com o teste é apenas ilustrativo, não incluímos uma série de variáveis importantes ao teste de hipóteses. Note-se também que, por ser um meio termo entre *time-series-cross-section* e *panel*, é provável que o nosso modelo multinível tivesse melhor ajuste usando-se inferência *bayesiana* ao invés de estimação por *maximum likelihood*, o que também nos permitiria incluir um terceiro *intercept* para os deputados, que tem *clusters* com no máximo 4 observações (cf. Shor et. al., 2007).

reeleitos, incluímos um segundo modelo que utiliza equação de estimação generalizada com estrutura de correlação não-estruturada, erros padrões robustos e modela partidos e legislaturas como efeitos fixos através da inclusão de *dummies* para cada um deles. O modelo 3 reproduz a estratégia mais utilizada pela literatura internacional, que é utilizar um modelo logístico com erros-padrão robustos agrupados por partido, além de incluir *dummies* para as legislaturas. Por fim, o modelo 4 é um modelo logístico normal, com *pooling* dos dados, comum na literatura nacional. A Tabela 1 expõe os resultados.

Tabela 1 – Determinantes da Composição da CCJ entre 1994 e 2010

	1 ^a	2 ^b	3 ^c	4
<i>Advogado_i</i>	1.76	1.67***	1.75***	1.67***
	(0.13)	(0.17)	(0.15)	(0.15)
<i>DisciplinaS_i</i>	-0.02	-0.04**	-0.02	-0.04
	(0.04)	(0.02)	(0.15)	(0.031)
<i>Posição_i</i>	0.83	0.91***	0.83***	0.89***
	(0.28)	(0.28)	(0.34)	(0.28)
Constante	-4.83	-3.99***	-3.47***	-3.81***
	(1.27)	(0.53)	(0.34)	(0.28)
$\sigma_{\alpha_{partido}}$	0	-	-	-
$\sigma_{\alpha_{legislatura}}$	0.96	-	-	-
AIC	1026.1	-	1136.7	1266.1
<i>N</i>	2421	2421	2421	2421

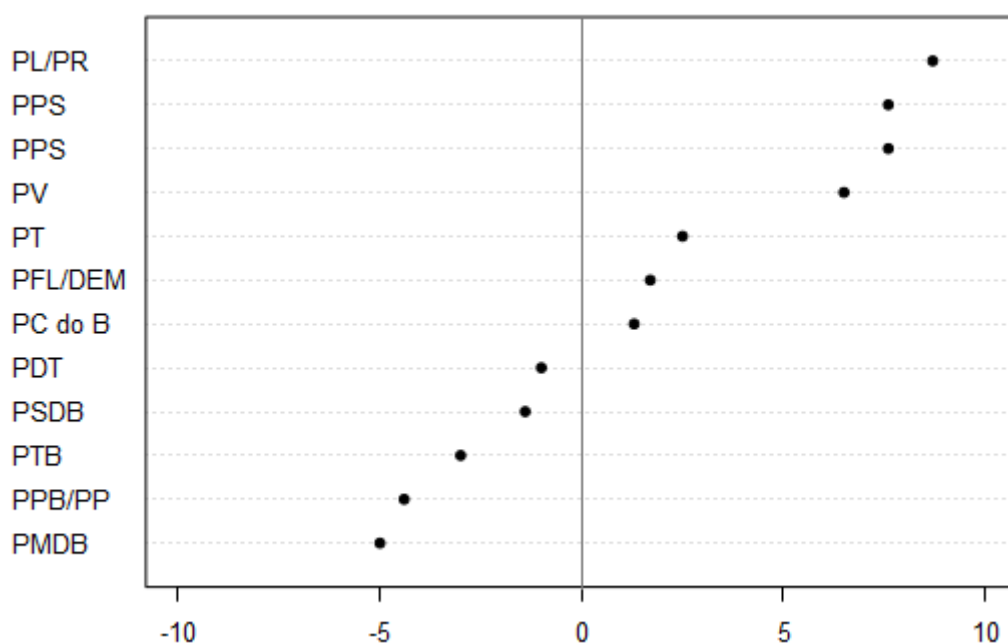
Fonte: Banco de Dados Legislativos (2011)– Cebrap; www.camara.gov.br.

Nota: ** p<0.05; *** p<0.01. Erro padrão entre parêntesis. ^a Por ser estimado pelo método *residual maximum likelihood*, este modelo não retorna *p-values*. ^b Por ser estimado pelo método *quase maximum likelihood*, não é possível calcular o AIC deste modelo. ^c Os coeficientes dos partidos e das legislaturas foram omitidos.

Os AIC's (Akaike Information Criteria) dos modelos nos indicam que o multinível é o que tem melhor ajuste dentre todos (embora seja possível que o do modelo 2 seja maior – o problema, entretanto, é que este não nos permitiria estimar coeficientes para os agrupamentos). O modelo 3 também se sai bem, mas sofre do

mesmo problema do segundo; em bancos maiores e com mais agrupamentos, entretanto, o desempenho dele tenderia a piorar (Shor et. al., 2007). E, conforme esperado, os efeitos aleatórios ajudam a captar alguma heterogeneidade nos dados, principalmente entre legislaturas, onde o desvio-padrão da variação não explicada entre legislaturas é de 0.89. Entre partidos, o *intercept* não varia porque, conforme salientado, as vagas para as Comissões, como sugere o Regimento Interno da Câmara, são proporcionalmente divididas, isto é, ser de um ou outro partido não aumenta as chances individuais de um deputado. Todavia, o efeito da disciplina não segue a mesma tendência, como o Gráfico 3, que reporta os os erros estimados da disciplina no nível dos partidos, mostra.

Gráfico 3 - Efeitos Aleatórios da Disciplina Partidária por Partido



Fonte: Cebrap(2011)

Conforme é possível perceber, o efeito aleatório da disciplina é maior no PR (Partido da República), no PPS (Partido Popular Socialista) e no PV (Partido Verde), nos quais os *log odds* associados com pertencer à CCJ são maiores que 5. De forma contrária, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PP (Partido Progressista) são os partidos nos quais a disciplina está mais negativamente

relacionada com a probabilidade de ser da mesma Comissão. Aparte as ressalvas quanto ao uso da disciplina partidária como indicador de lealdade, a análise individual dos partidos, como sugere este exemplo, pode levar a resultados diferentes do que inferências sobre a amostra total dos deputados nos indicariam.

5. Discussão

Os três principais modelos sobre a organização do Congresso americano têm muitos de seus pressupostos relacionados às particularidades daquele sistema político. Neste trabalho, procurei precisamente discutir alguns dos problemas que a importação dessas teorias para outros países, como o Brasil, pode acarretar.

Primeiramente, retomamos o argumento de parte da literatura sobre o Congresso brasileiro de que o Executivo forte, as Comissões com poucos poderes e o sistema multipartidário fornecem incentivos diferentes daqueles encontrados nos Estados Unidos; em particular, a lealdade ao governo e a redução de incerteza do Plenário seriam as principais consequências esperadas do nosso arranjo institucional (Pereira e Mueller, 2000). Ao lado dessas hipóteses, introduzi outras, as condicionais, que se referem à interação entre os incentivos institucionais e outros mais conjunturais; o tamanho e a família ideológica dos partidos e a importância relativa das Comissões seriam as principais destes. Também sugeri o uso de indicadores relacionados à trajetória partidária pregressa dos parlamentares ao invés do uso de outros oriundos do comportamento no plenário – que pode não ter relação, tanto direta ou indiretamente, com a lealdade ao partido, especialmente dentro das Comissões. E, por fim, introduzi um modelo multinível para evitar os problemas de correlação entre observações e poder estimar coeficientes para cada partido, o que nos possibilita testar algumas das hipóteses condicionais mencionadas.

No final dos anos 00, o estudo da composição das Comissões rareou na literatura nacional. Aproveitando os novos estudos realizados em outros países, o resgate do tema e a introdução de novas abordagens podem trazer resultados

substantivos. No caso do modelo partidário, estas podem ser ainda mais produtivas na medida em que considerarem as especificidades dos partidos brasileiros e as diferenças entre eles, como as nos níveis de disciplina partidária e no uso de estratégias de centralização intrapartidária. Deste modo, encontrar formas de examinar a relação da arena legislativa com a organização partidária – que é justamente o elo de mediação no modelo partidário entre arena eleitoral e governamental – é algo necessário. Dar passos nesta direção, acredito, será vantajoso para o avanço da agenda de pesquisa sobre o Legislativo.

Referências

ARAÚJO, Paulo Magalhães (2012). *Perfil Parlamentar e Composição das Comissões no Senado Federal*. In: *VIII Encontro da ABCP*, 2012, Gramado. Anais do VIII Encontro da ABCP.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo (2011). *Os Partidos Políticos Brasileiros Realmente não Importam? Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303.

COX, Gary e MCCUBBINS, Mathew (1993). "Legislative Leviathan. Party Government in the House". Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

EPSTEIN, David; O'HALLORAN, Sharyn (1999). "Delegating powers: A transaction cost politics approach to policy making under separate powers". Cambridge University Press.

FRISCH, Scott A.; KELLY, Sean Q (2004). Self-Selection Reconsidered: House Committee Assignment Requests and Constituency Characteristics. *Political Research Quarterly*, v. 57, n. 2, p. 325-326.

GROSECLOSE, Tim (1994). *Testing Committee Composition Hypotheses for the US Congress*. *The Journal of Politics*, v. 56, n. 02, p. 440-458.

GUARNIERI, Fernando (2011). *A Força dos Partidos Fracos. Dados*, v. 54, n. 1, p. 235-258.

HALL, Richard L.; GROFMAN, Bernard (1990). *The Committee Assignment Process and the Conditional Nature of Committee Bias*. *The American Political Science Review*, v. 84, n 4, p. 1149-1166.

HEDLUND, Ronald D (2009). et al. *Partisan Stacking on Legislative Committees*. *Legislative Studies Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 175-191.

KREHBIEL, Keith (1992). "Information and Legislative Organization". University of Michigan Press.

MARTORANO, Nancy (2006). *Balancing Power: Committee System Autonomy and Legislative Organization*. *Legislative Studies Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 205-234.

MÜLLER, Gustavo (2005). *Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: um Estudo sobre os Padrões Partidários de Recrutamento para as Comissões Permanentes*. *Dados*, v. 48, p. 371-394.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo (2000). *Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo: O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 45-67.

RAYMOND, Christopher; HOLT, Jacob (2013). Due North? Do American Theories of Legislative Committees Apply to Canada?. *The Journal of Legislative Studies*, Online Ahead of Print, p. 1-19. Acesso em: 5 de maio de 2014.

SAMUELS, David (2003). "Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil". Cambridge University Press.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes (2003). "O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão". Editora UFMG.

SHOR, Boris et al (2007). *A Bayesian Multilevel Modeling Approach to Time-Series Cross-Sectional Data*. *Political Analysis*, v. 15, n. 2, p. 165-181.

WEINGAST, Barry R.; MARSHALL, William J (1988). The Industrial Organization of Congress; Or, Why Legislatures, Like Firms, are not Organized as Markets. *The Journal of Political Economy*, p. 132-163.

YORDANOVA, Nikoleta (2009). *The Rationale Behind Committee Assignment in the European Parliament Distributive, Informational and Partisan Perspectives*. *European Union Politics*, v. 10, n. 2, p. 253-280.

YOUNG, Garry; HEITSHUSEN, Valerie (2003). *Party and the Dynamics of Congressional Committee Composition in the US House, 1947-96*. *British Journal of Political Science*, v. 33, n. 4, p. 659-679.

CROISSANT, Yves; MILLO, Giovanni Millo (2008). Panel Data Econometrics in R: The plm Package. *Journal of Statistical Software*, vol. 27, n. 2.